



COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Av. Rio Grande do Sul, s/n, Bairro dos Estados, João Pessoa - PB, CEP 58030-020.

Fone: (83) 2107-1100

ATA - "DECIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA" COMITÊ DE INVESTIMENTOS DA PBPREV 2024

Data e local de realização

- ✓ Presencial, Sala da Presidência.
- ✓ Terça-feira, 21 de junho de 2024. 10h00min.

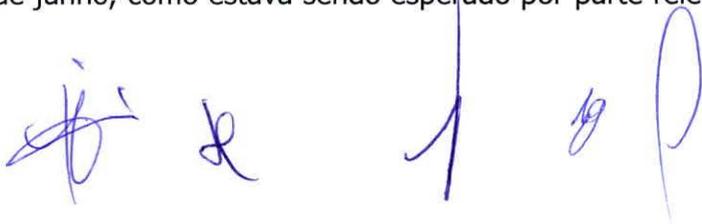
Quorum

- ✓ **José Antônio Coêlho Cavalcanti** – Presidente da PBPREV;
- ✓ **Frederico Augusto Cavalcanti Bernardo** – Membro;
- ✓ **Paulo Wanderley Câmara** – Membro;
- ✓ **Luiz Carlos Júnior** – Membro;
- ✓ **Thiago Caminha Pessoa da Costa** – Membro.

ORDEM DO DIA

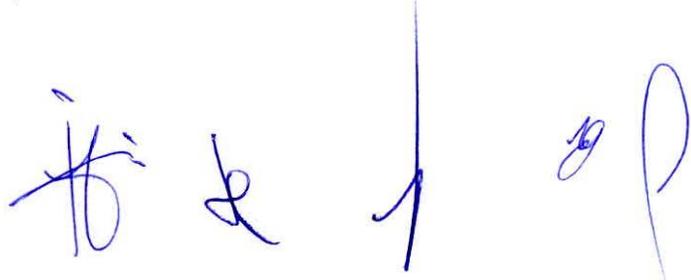
- ✓ Demonstrativo de Consolidação dos ativos da Carteira de Investimentos;
- ✓ Relatório de Investimentos - MAIO/2024;
- ✓ Relatório de Gestão de Riscos dos Investimentos – MAIO/2024;
- ✓ Outros assuntos.

Aos vinte e um dias do mês de junho de 2024, às 10:00 horas, reuniram-se presencialmente os membros do Comitê de investimentos da Paraíba Previdência – PBPREV, para discutir, deliberar e aprovar os objetos da pauta citados acima, com registro da existência do quórum regimental exigido no Decreto Governamental 37.063/2016, constatada a presença dos membros José Antonio Coelho Cavalcanti, Frederico Augusto Cavalcanti Bernardo, Paulo Wanderley Câmara, Luiz Carlos Júnior e Thiago Caminha Pessoa da Costa. O presidente da PBPREV, Sr. José Antonio deu início à reunião, cumprimentou os presentes, fez a leitura da pauta: **Apresentação, para deliberação, do Demonstrativo de Consolidação dos ativos da Carteira de Investimentos dos Recursos da PBPREV e Relatório de Investimentos, competências de maio/2024, em cumprimento a Resolução CMN 4.963/2021, Portaria MTP Nº 1.467/2022 e Política Anual de Investimentos do RPPS do exercício de 2024.** O Presidente, sr. José Antonio passou a palavra ao Sr. Thiago Caminha, Gestor de investimentos da PBPREV, o qual fez a apresentação do demonstrativo de investimentos, juntamente com o relatório de investimentos, nos quais constam as informações das movimentações ocorridas no mês de maio de 2024, com base na avaliação dos dados da Carteira de Investimentos, realizada pela empresa de Consultoria LEMA: destacando a rentabilidades mensal e anual, respectivamente, Rentabilidade: 0,60% no mês, com acumulado em 2024 de 2,75%, já meta atuarial foi 0,88% no mês, e no acumulado 4,44% no ano, atingindo-se a meta atuarial em apenas 61,93% acumulado do exercício, a carteira de investimentos da PBPREV encerrou o mês de **MAIO** de 2024 com o montante de **R\$ 1.340.895.842,46**, resultado **dos aportes** nos fundos Financeiro e Capitalizado, o rendimento líquido total obtido no mês de **MAIO DE 2024** foi no montante de **R\$ 7.942.776,32** (sete milhões, novecentos e quarenta e dois mil, setecentos e setenta e seis reais e trinta e dois centavos), ou seja, houve uma **variação patrimonial positiva**. Em seguida passou-se ao registros de **Cenário**: A segunda prévia do PIB dos Estados Unidos do primeiro trimestre de 2024 indicou crescimento de 1,3%, ante 1,6% na estimativa anterior. No quarto trimestre de 2023, o PIB cresceu 3,4%. Apesar da desaceleração, observamos que a atividade continua resiliente, com consumo e investimentos privados crescendo 2,0% e 3,2%, respectivamente. O que mais influenciou a desaceleração do PIB foram as importações, que tiveram alta de 7,7% e impactaram em -1,02 p.p.. Olhando para dados de mais alta frequência, o PMI (índice de gerentes de compras) de maio indicou uma reaceleração da atividade, com o setor de serviços alcançando 54,8, maior patamar em 12 meses, enquanto o setor industrial avançou de 50,0 em abril para 50,9 em maio. O PMI composto, que abrange os dois setores, subiu para 54,4, ante 51,3 em abril, atingindo assim o maior patamar em 25 meses. No cenário inflacionário, o PCE (índice de preços com consumo) avançou 0,3% em abril, em linha com o esperado, permanecendo na estabilidade na leitura anual, em 2,7%. O núcleo do indicador, que também veio em linha com o esperado, avançou 0,2% no mês e acumula 2,8% em doze meses. Dados do Payroll, divulgados no início do mês, indicaram criação de empregos abaixo do esperado e foi um dos fatores que influenciou um leve fechamento da curva de juros do país, haja vista que um possível arrefecimento do mercado de trabalho tende a facilitar com que o Fed inicie os cortes de juros em um horizonte mais próximo. Na zona do euro, o PMI indicou avanço do setor industrial, de 45,7 em abril para 47,3 em maio, patamar mais alto em 14 meses. O setor de serviços permaneceu na estabilidade, em 53,3, sendo o valor mais alto desde maio do ano passado. O índice composto, por sua vez, avançou de 51,7 para 52,3, sendo o melhor número em 12 meses. A pesquisa do PMI industrial indicou uma melhora marginal na projeção de demanda, o que elevou a confiança empresarial. Contudo, permanece um cenário de cautela, assim como a redução de pessoal. No que tange à política monetária, o Banco Central Europeu (BCE) cortou os juros em 0,25 p.p. na primeira semana de junho, como estava sendo esperado por parte relevante

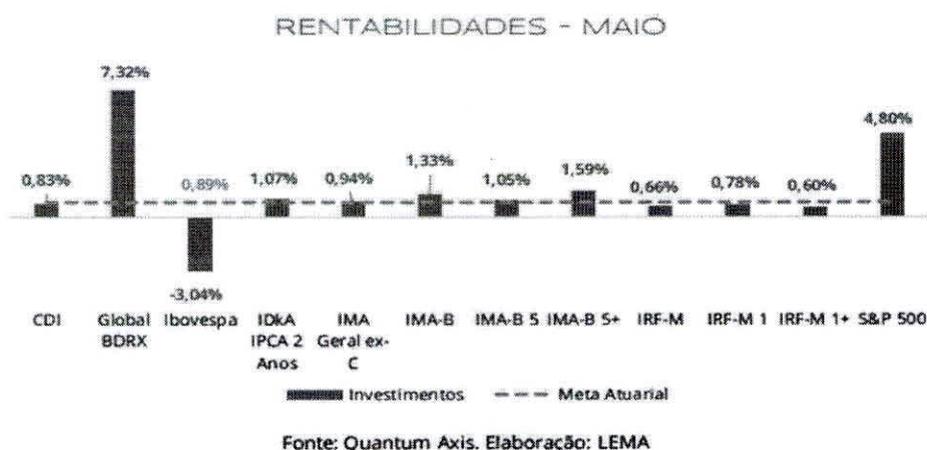


do mercado. Conforme a inflação continuou a arrefecer e convergir rumo à meta, enquanto a atividade econômica permanece com dificuldades de retomada, as decisões do BCE passaram a ser mais delicadas, o que culminou em um início de flexibilização de juros. Contudo, não há clareza de até onde irão os cortes. Na China, continuamos a observar um crescimento do setor industrial, que demonstra estar reagindo positivamente aos estímulos do governo. O PMI industrial avançou pelo sétimo mês consecutivo, alcançando 51,7 em maio. O PMI de serviços desacelerou de 52,7 em março para 52,5 em abril, porém, permaneceu acima de 50,0 (acima de 50,0 considera-se expansão) por 16 meses consecutivos. A balança comercial do país apresentou saldo de US\$ 72,3 bilhões, abaixo dos US\$ 81,4 bilhões projetados. As exportações avançaram 1,5% em abril, após retrain 7,5% em março, enquanto as importações avançaram 8,4%, após queda de 1,9%, no mesmo período. Em maio, a confiança teve predomínio negativo, interrompendo a sequência de predomínio positivo visto desde março de 2024. Entre os setores, destaque para a piora da confiança do consumidor (-4,3% M/M) e do comércio (-4,2% M/M). O índice de incerteza da economia de maio também indicou deterioração do cenário, ao subir 6,0% (M/M). Em relação aos dados da atividade econômica, houve melhora, com destaque para o emprego formal, indicando continuidade da robustez do mercado de trabalho. Nesse sentido, vale destacar a geração líquida de vagas formais (CAGED) de abril (240.033), impulsionado, mais uma vez, pelos setor de serviços (138.309). A produção industrial de março cresceu 0,9% (M/M). O comércio varejista ampliado, que inclui veículos, motos, partes e peças e material de construção, o volume de vendas variou -0,3% (M/M) na série com ajuste sazonal de março. Na comparação anual, o varejo ampliado ficou negativo, ao sair de 9,7% para -1,5% (A/A) e desacelerou de 3,6% para 2,9%. Diante dos dados de março, o IBC-Br (Índice de Atividade Econômica do Banco Central do Brasil) recuou 0,3% (M/M) em março, após, praticamente, uma sequência de seis meses de números não negativos. Entre os vetores, destaque para a deterioração do varejo ampliado e os efeitos defasados da política monetária contracionista. O IPCA avançou 0,46% em maio, acelerando em relação ao avanço de 0,38% observado no mês anterior, sendo que a variação veio em linha com a nossa projeção. Com isso, o índice acumulou alta de 3,93% em 12 meses (ante 3,69% em abril), acelerando assim nessa base comparação. A maior contribuição para a variação do índice contudo, partiu do grupo Alimentação e bebidas influenciado pelo aumento dos itens de Alimentação no domicílio com destaque para Tubérculos, raízes e legumes. Os preços administrados avançaram 0,55% em maio ante 0,74% de abril, influenciados principalmente pelo avanço dos preços do item Taxa de água e esgoto (1,62% ante 0,09% na leitura anterior). Já os preços livres aceleraram (0,42%) ainda se mantendo como os principais vetores do IPCA. Nas aberturas dos preços livres, produtos industriais e serviços aceleraram de +0,21% para 0,29% e de 0,05% para 0,4% respectivamente. Por outro lado, alimentos desaceleraram de 0,81% para 0,66%. A média dos núcleos acelerou, tanto na comparação mensal (+0,39%), quanto quando observada a variação acumulada em 12 meses (3,56%). Na margem, tivemos aceleração tanto da medida subjacente de industriais (0,29%), quanto do núcleo de serviços (0,41%). O índice de difusão passou de 57,03% em abril para 57,29% em maio.

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central decidiu, nesta quarta-feira (19), manter a taxa Selic em 10,50% ao ano. A decisão foi unânime. Ou seja, todos os diretores do Copom e o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, votaram para manter a Selic no atual patamar. Isso também significa que todos os quatro diretores indicados por Luiz Inácio Lula da Silva votaram de forma diferente do que pensa o presidente, que nos últimos dias subiu o tom contra o BC e defendeu corte nos juros.



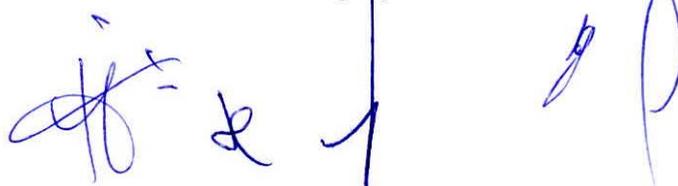
A decisão desta quarta representa o fim de um ciclo de cortes da taxa básica de juros, que começou a recuar em agosto de 2023. Nesse período, foram sete quedas seguidas. A Selic estava em 13,75% ao ano no começo do ciclo. O Copom justificou que o cenário da inflação ainda exige cuidados e não justifica uma mudança na taxa de juros, os fatores que pressionam a inflação são tanto domésticos quanto internacionais, segundo o Copom. O comitê avalia que as conjunturas doméstica e internacional seguem mais incertas, exigindo maior cautela na condução da política monetária. Tal movimento, que ocorre em um ambiente de crescimento econômico, mercado de trabalho ainda pressionado, processo de desinflação lento, riscos fiscais e juros globais elevados por mais tempo, sugere que o BCB deverá manter a Selic no patamar atual em sua próxima reunião. Como resultado do cenário exposto, observamos ao longo do mês uma nova onda de reprecificação da curva de juros futuros, que abriu em toda a sua extensão, especialmente no miolo. A curva de juros real por sua vez fechou em toda a sua extensão, refletindo a expectativa de uma inflação mais elevada. Já as LFTs, tiveram desempenho misto.



Os índices de renda fixa mais voláteis reverteram em maio parte dos prejuízos acumulados no ano. O IMA-B 5+, índice de maior duration, subiu 1,59%, após queda de 2,91% em abril. Todos os índices de renda fixa ficaram no campo positivo, e a maioria atingiu a meta (IPCA + 5,25 p.p.). Os investimentos mais conservadores, como CDI e IRF-M 1, continuaram a apresentar resultados em linha com a meta em maio, ao subirem 0,83% e 0,78%, respectivamente. No acumulado de 2024, no que tange aos índices de renda fixa, o CDI apresenta o melhor resultado, com uma rentabilidade de 4,40%. Na renda variável, o Global BDRX e o S&P 500 apresentaram desempenho superior à meta. Empresas de tecnologia exerceram novamente influência positiva, com destaque para as ações da Nvidia, que subiram cerca de 30% no mês, refletindo o resultado trimestral acima do esperado. A maior representatividade dessas grandes empresas, assim como a alta de cerca de 1,00% do dólar, impulsionaram a maior rentabilidade do índice de BDR. Na renda variável doméstica, por outro lado, observamos novamente um resultado negativo para o Ibovespa, que caiu 3,04% em maio, após queda de 1,70% em abril. Dos 86 papéis que compõem o índice, 61 ficaram no campo negativo. No ano, o índice acumula queda superior a 9,0%. Em contraste a um leve fechamento da curva nos Estados Unidos, observamos novamente uma abertura na curva de juros brasileira em maio. Podemos destacar como causas para esse resultado principalmente as projeções de deterioração do quadro fiscal, a decisão dividida da última reunião do Copom e a expectativa de manutenção de juros altos nos EUA, fatores estes que têm contribuído para revisões altistas para inflação e taxa Selic. Enxergamos que há

4

espaço para fechamento da curva de juros no Brasil, especialmente quando houver maiores certezas quanto ao ciclo de juros nos Estados Unidos. Permanecemos com a estratégia de posicionamento em vértices intermediários, como IRF-M e IMA-B, visando auferir rentabilidade com o fechamento da curva. Contudo, diante das incertezas, é viável manter parcela relevante do patrimônio em investimentos conservadores, como CDI e IRF-M 1, no intuito de reduzir a volatilidade da carteira. Na renda variável, permanecemos com um viés mais positivo para ativos brasileiros, haja vista a atual precificação destes. Porém, evitamos exposição elevada, principalmente por conta dos riscos macroeconômicos. O mês de maio representou mais um período de queda da bolsa brasileira, refletindo uma piora das condições internas e maior incerteza quanto à política monetária dos Estados Unidos (EUA). Internamente, tivemos a soma de alguns fatores que prejudicaram as perspectivas da economia brasileira, em especial: a piora da percepção da trajetória fiscal; o aumento das expectativas de inflação (2024, 2025 e, sobretudo, 2026); e a tragédia ocorrida no Rio Grande do Sul. A calamidade no Rio Grande do Sul, além da questão humanitária, trouxe uma previsão de piora para a economia brasileira. Isto porque, estima-se que os impactos deletérios da inundação tragam consequências negativas para o PIB e para a inflação. Além disso, os agentes de mercado revisaram suas projeções, prevendo uma política monetária mais restritiva para a taxa básica de juros brasileira nos próximos meses. Este movimento foi motivado por alguns fatores, como a já mencionada alta da inflação esperada (relatório FOCUS), números de atividade mais fortes – principalmente acerca do mercado de trabalho –, e a taxa básica de juros dos EUA em um patamar restritivo por mais tempo. Essa conjunção de fatores influenciou o índice Ibovespa a ter uma queda de 3,04% no mês de maio, acumulando rentabilidade de -9,01% no ano de 2024. Já o dólar continuou o movimento de alta, encerrando maio em R\$ 5,25 – contra R\$5,20 no fechamento do mês anterior. A renda fixa, por sua vez, teve uma pequena redução das taxas dos títulos públicos indexados à inflação (NTN-B) mas, em contrapartida, houve um aumento marginal das taxas dos títulos de DI futuros – refletindo uma projeção maior de taxa Selic. Houve, entretanto, índices sobre a atividade econômica que abrem uma janela de possibilidade para a economia brasileira. Por exemplo, o nível de desemprego mais baixo que o esperado, 7,5% contra expectativa de 7,7%, bem como o PIB do primeiro trimestre de 2024 ligeiramente acima das projeções, 0,8% versus estimativa de 0,7%, dão alguns indícios de que o crescimento brasileiro pode ser mais robusto. Importante frisar, por fim, que este cenário de crescimento mais benigno depende, entre outros fatores, da manutenção de um arcabouço econômico sustentável – com responsabilidade na condução da política fiscal e monetária. Por fim, destacamos que as estratégias de compra direta de títulos públicos e privados, assim como a aplicação em fundos de vértice, permanecem viáveis, pois continuam a apresentar rentabilidades condizentes com a meta atuarial. na sequência, o gestor de investimentos, Sr. Thiago Caminha, colocou o demonstrativo e relatório de investimentos, competência maio de 2024 para deliberação dos membros, os quais foram aprovados por unanimidade. **Apresentação para deliberação, da minuta do parecer de investimentos, competência maio de 2024, para comprovação de cumprimento da norma do Pró-Gestão.** O gestor de investimentos Sr. Thiago Caminha passou a palavra ao senhor Frederico Augusto para apresentação da minuta do parecer, mas os conselheiros manifestaram-se que fizeram a leitura da minuta do parecer e que podem deliberar, nesse sentido, na sequência, colocou a minuta do parecer de investimentos para deliberação dos membros, o qual foi aprovado por unanimidade. **Relatório de Gestão de Riscos dos Investimentos de maio de 2024:** Como todos os membros puderam analisar o Relatório antecipadamente, este não foi lido, colocado imediatamente em discussão. Não havendo mais nenhuma manifestação ou sugestão ao Relatório de Gestão de Riscos dos Investimentos de maio/2024, o presidente colocou em votação, sendo os mesmos aprovados.



RESOLUÇÃO DA 11ª REUNIÃO ORDINARTIA DO COI: Após aprovada na 11ª reunião do COI, no dia 12 de junho de 2024 realizou nova **compra de NTN-B curta**. A cerca dos prêmios trazidos pelas NTN-B-s atualmente, a estratégia de compra direta de NTN-Bs, respaldada por um estudo de ALM, pode auxiliar na ancoragem de rentabilidade ainda acima da meta atuarial dos RPPS. Como temos espaço para alocar em NTN-B, com vencimentos curtos, dado que estes títulos estão com uma taxa real acima dos 6,30% ao ano. Desta forma, o Comitê deliberou favoravelmente a compra de 628 (seiscentas e vinte oito) unidades de NTN-B, com vencimentos em 2032 e 2035, conforme cotação anexa da XP investimentos, corretora em que estão custodiados nossos TPF.

APLICAÇÃO:

*R\$ 25.000.000,00 – NTN-B – IPCA+6,39%, vencimento 2032;

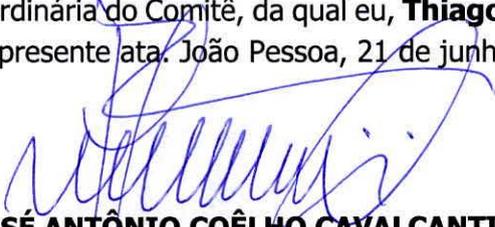
*R\$ 25.000.000,00 – NTN-B – IPCA+6,39%, vencimento 2035;

*Estima-se que esta operação será da ordem de R\$ 50.000.000,00, oriundos das contribuições previdenciárias – Fundo BB Previd RF IRF-M1 - Fundo Capitalizado

O presidente evidenciou toda a pauta, sendo aprovada por unanimidade e ficou concordado o envio da ata da reunião para assinatura de todos os presentes. Encerrou-se a reunião com os agradecimentos.

Encerramento

Não havendo mais nada a tratar, foi encerada a reunião, **ficando prevista para o dia 04/07/2024** a próxima reunião ordinária do Comitê, da qual eu, **Thiago Caminha Pessoa da Costa**, servidor público estadual, lavrei a presente ata. João Pessoa, 21 de junho de 2024.


JOSÉ ANTÔNIO COÊLHO CAVALCANTI

Presidente da PBPREV

GRPPS/CP RPPS DIRG I – TOTUM


THIAGO CAMINHA PESSOA DA COSTA

MEMBRO DO COMITÊ

CPA - 20 ANBIMA

CP RPPS CGINV I - TOTUM


LUIZ CARLOS JÚNIOR

MEMBRO DO COMITÊ

CPA – 10 ANBIMA

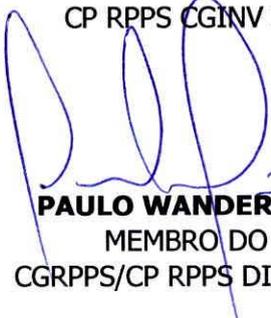
CP RPPS CGINV I - TOTUM


FREDERICO AUGUSTO CAVALCANTI BERNARDO

Diretor Administrativo e Financeiro

CPA -20 – ANBIMA/CGRPPS

CP RPPS DIRG III – TOTUM


PAULO WANDERLEY CÂMARA

MEMBRO DO COMITÊ

CGRPPS/CP RPPS DIRIG I - TOTUM